

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	70
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	73
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	74
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	75
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	747.759.759
Preferenciais	0
Total	747.759.759
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	2.703.773	2.719.868	2.792.365
1.01	Ativo Circulante	67.873	66.586	117.735
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.323	10.064	75.168
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.855	18.508	7.211
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	16.855	18.508	7.211
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	3.382	3.798	7.211
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	13.473	14.710	0
1.01.03	Contas a Receber	37.092	33.413	30.905
1.01.03.01	Clientes	37.092	33.408	30.110
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	5	795
1.01.03.02.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	0	5	795
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.730	2.215	1.579
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.730	2.215	1.579
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.688	1.848	1.918
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.185	538	954
1.01.08.03	Outros	1.185	538	954
1.02	Ativo Não Circulante	2.635.900	2.653.282	2.674.630
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	149.915	119.013	80.653
1.02.01.04	Contas a Receber	4.764	3.937	3.934
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	4.764	3.937	3.934
1.02.01.07	Tributos Diferidos	141.101	110.546	70.516
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	141.101	110.546	70.516
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	3.393	3.683	4.081
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	657	847	2.122
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	657	847	2.122
1.02.03	Imobilizado	25.111	21.659	22.459
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.625	3.227	4.027
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	21.486	18.432	18.432

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.04	Intangível	2.460.874	2.512.610	2.571.518
1.02.04.01	Intangíveis	2.460.874	2.512.610	2.571.518
1.02.04.01.02	Intangível	2.385.657	2.466.380	2.539.937
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	75.217	46.230	31.581

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	2.703.773	2.719.868	2.792.365
2.01	Passivo Circulante	192.729	192.567	270.615
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.917	4.893	5.374
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.917	4.893	5.374
2.01.02	Fornecedores	26.149	14.531	16.855
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26.149	14.531	16.855
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.533	5.203	5.532
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.373	2.565	2.702
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	3.373	2.565	2.702
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.160	2.638	2.830
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	100.817	85.957	136.178
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2	2	-580
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2	2	-580
2.01.04.02	Debêntures	100.815	85.955	136.758
2.01.05	Outras Obrigações	36.266	52.556	40.951
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.793	8.174	4.739
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	4.503	4.385	3.955
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.290	3.789	784
2.01.05.02	Outros	29.473	44.382	36.212
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	8.649	15.248	14.530
2.01.05.02.05	Verba de Fiscalização	1.609	1.460	1.391
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	8.646	15.475	8.121
2.01.05.02.08	Risco Sacado	0	6.854	7.323
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	10.569	5.345	4.847
2.01.06	Provisões	18.047	29.427	65.725
2.01.06.02	Outras Provisões	18.047	29.427	65.725
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	16.648	28.028	64.326
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos	1.399	1.399	1.399

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02	Passivo Não Circulante	1.824.612	1.843.951	1.694.989
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.768.933	1.794.698	1.641.603
2.02.01.02	Debêntures	1.768.933	1.794.698	1.641.603
2.02.02	Outras Obrigações	12.073	13.876	13.941
2.02.02.02	Outros	12.073	13.876	13.941
2.02.02.02.05	Arrendamento mercantil a pagar	12.073	13.876	13.941
2.02.04	Provisões	43.606	35.377	39.445
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.470	5.666	6.580
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	816	1.019	1.740
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.413	582	807
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	4.241	4.065	4.033
2.02.04.02	Outras Provisões	37.136	29.711	32.865
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção	37.136	29.711	32.865
2.03	Patrimônio Líquido	686.432	683.350	826.761
2.03.01	Capital Social Realizado	955.785	892.785	957.285
2.03.01.01	Capital Social Subscrito	955.785	892.785	970.785
2.03.01.02	(-) Capital Social a Integralizar	0	0	-13.500
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-269.353	-209.435	-130.524

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	708.939	645.506	543.818
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	708.939	645.506	543.818
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-555.025	-518.149	-484.882
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-555.025	-518.149	-484.882
3.03	Resultado Bruto	153.914	127.357	58.936
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-30.201	-28.139	-23.839
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.572	-29.353	-25.024
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-33.572	-29.353	-25.024
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.371	1.214	1.185
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	123.713	99.218	35.097
3.06	Resultado Financeiro	-214.186	-218.159	-129.381
3.06.01	Receitas Financeiras	7.850	5.108	4.705
3.06.02	Despesas Financeiras	-222.036	-223.267	-134.086
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-222.039	-223.231	-133.968
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	3	-36	-118
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-90.473	-118.941	-94.284
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	30.555	40.030	31.887
3.08.02	Diferido	30.555	40.030	31.887
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-59.918	-78.911	-62.397
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-59.918	-78.911	-62.397
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,081	-0,12	-0,0949
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,081	-0,12	-0,0949

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-59.918	-78.911	-62.397
4.03	Resultado Abrangente do Período	-59.918	-78.911	-62.397

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	248.727	300.458	306.546
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	391.853	354.626	316.812
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-59.918	-78.911	-62.397
6.01.01.02	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	439	66	0
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	12	5	1.349
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-30.555	-40.030	-31.887
6.01.01.06	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-5.646	-12	-94
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	207.500	208.282	116.736
6.01.01.10	Despesa / (receita) financeira dos ajustes a valor presente	5.230	5.112	5.638
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	5.092	2.602	3.244
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	33.593	36.348	56.524
6.01.01.13	Depreciações e amortizações	236.106	221.227	212.254
6.01.01.14	Baixa de ativos por direito de uso	0	-63	15.445
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-143.126	-54.168	-10.266
6.01.02.01	Contas a receber	-4.511	-3.301	-2.870
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	5	790	-707
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-550	468	2.559
6.01.02.05	Impostos a recuperar	1.854	-636	3.867
6.01.02.06	Pagamento de juros	-143.186	-52.179	0
6.01.02.07	Outros créditos	-636	257	-394
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	190	1.275	-1.099
6.01.02.11	Fornecedores	4.903	-12.417	-4.630
6.01.02.12	Fornecedor - partes relacionadas	-631	3.085	1.786
6.01.02.13	Cauções contratuais	-999	-1.018	-344
6.01.02.14	Obrigações sociais	24	-481	-559
6.01.02.15	Obrigações fiscais	5.042	-1.210	-3.223
6.01.02.16	Custo de transação - empréstimos	6.776	7.358	5.860
6.01.02.17	Outras contas a pagar	-6.829	7.354	-7.686

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.19	Taxa de fiscalização	149	69	45
6.01.02.20	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-4.727	-3.582	-2.871
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-211.571	-230.281	-84.327
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-1.432	-198	-463
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-216.069	-218.798	-162.657
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-189.281	-131.170	-68
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	194.795	116.472	26.401
6.02.05	Aplicação financeira	416	3.413	52.460
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-38.897	-135.281	-223.244
6.03.01	Risco sacado - captação	19.391	80.091	45.293
6.03.02	Risco sacado - pagamento	-26.290	-80.552	-39.248
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-7.766	-6.027	-24.289
6.03.06	Pagamentos debêntures - principal	-87.232	-64.293	0
6.03.14	Aumento de Capital	63.000	25.500	0
6.03.15	Redução de Capital	0	-90.000	-205.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.741	-65.104	-1.025
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.064	75.168	76.193
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.323	10.064	75.168

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	892.785	0	0	-209.435	0	683.350
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	892.785	0	0	-209.435	0	683.350
5.04	Transações de Capital com os Sócios	63.000	0	0	0	0	63.000
5.04.01	Aumentos de Capital	63.000	0	0	0	0	63.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-59.918	0	-59.918
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-59.918	0	-59.918
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	955.785	0	0	-269.353	0	686.432

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	957.285	0	0	-130.524	0	826.761
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	957.285	0	0	-130.524	0	826.761
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-64.500	0	0	0	0	-64.500
5.04.01	Aumentos de Capital	25.500	0	0	0	0	25.500
5.04.08	Devoluções de Capital	-90.000	0	0	0	0	-90.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-78.911	0	-78.911
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-78.911	0	-78.911
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	892.785	0	0	-209.435	0	683.350

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.162.285	0	10.530	-78.657	0	1.094.158
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.162.285	0	10.530	-78.657	0	1.094.158
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-205.000	0	0	0	0	-205.000
5.04.08	Devoluções de Capital	-205.000	0	0	0	0	-205.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-62.397	0	-62.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-62.397	0	-62.397
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-10.530	10.530	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízo com reserva legal	0	0	-10.530	10.530	0	0
5.07	Saldos Finais	957.285	0	0	-130.524	0	826.761

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	769.225	697.680	587.208
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	581.039	531.950	462.287
7.01.02	Outras Receitas	188.186	165.730	124.921
7.01.02.01	Receitas dos Serviços de Construção	168.900	151.217	112.737
7.01.02.02	Outras	14.049	10.807	9.920
7.01.02.03	Juros Capitalizados	5.237	3.706	2.264
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-302.622	-278.664	-262.656
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-44.029	-43.044	-48.141
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-23.239	-20.205	-18.224
7.02.04	Outros	-235.354	-215.415	-196.291
7.02.04.02	Custos dos Serviços de Construção	-168.900	-151.217	-112.737
7.02.04.04	Custo da Concessão	-23.691	-21.261	-20.759
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-33.593	-36.348	-56.524
7.02.04.06	Outros	-9.170	-6.589	-6.271
7.03	Valor Adicionado Bruto	466.603	419.016	324.552
7.04	Retenções	-236.106	-221.227	-212.254
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-236.106	-221.227	-212.254
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	230.497	197.789	112.298
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.853	5.072	4.587
7.06.02	Receitas Financeiras	7.850	5.108	4.705
7.06.03	Outros	3	-36	-118
7.06.03.03	Outros	3	-36	-118
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	238.350	202.861	116.885
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	238.350	202.861	116.885
7.08.01	Pessoal	50.424	47.755	35.290
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.506	37.092	26.331
7.08.01.02	Benefícios	9.368	8.372	7.291
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.550	2.291	1.668

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	21.028	6.966	7.809
7.08.02.01	Federais	-8.107	-19.881	-15.705
7.08.02.02	Estaduais	1	0	3
7.08.02.03	Municipais	29.134	26.847	23.511
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	226.816	227.051	136.183
7.08.03.01	Juros	207.500	208.282	116.736
7.08.03.02	Aluguéis	428	507	6
7.08.03.03	Outras	18.888	18.262	19.441
7.08.03.03.03	Outras	13.651	14.556	17.177
7.08.03.03.04	Juros Capitalizados Debêntures	5.237	3.706	2.264
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-59.918	-78.911	-62.397
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-59.918	-78.911	-62.397

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Aos Acionistas**

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Companhia”, “Concessionária” ou “Autopista Régis Bittencourt”).

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Autopista Régis Bittencourt foi constituída em 2008, sendo que o contrato de concessão foi assinado com o Governo Federal em 14 de fevereiro de 2008. A Autopista Régis Bittencourt iniciou suas operações em 15 de agosto de 2008 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema rodoviário constituído pelos 401,6 quilômetros da rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que conecta as cidades de São Paulo (SP) e Curitiba (PR), passando pelos municípios de Taboão da Serra, Embu das Artes, Itapeverica da Serra, São Lourenço, Juquitiba, Miracatu, Juquiá, Registro, Pariqueira-açu, Jacupiranga, Cajati e Barra do Turvo, no Estado de São Paulo, e Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Antonina, Colombo e Curitiba, no Estado do Paraná, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 25 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente, encerrando-se em 15 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

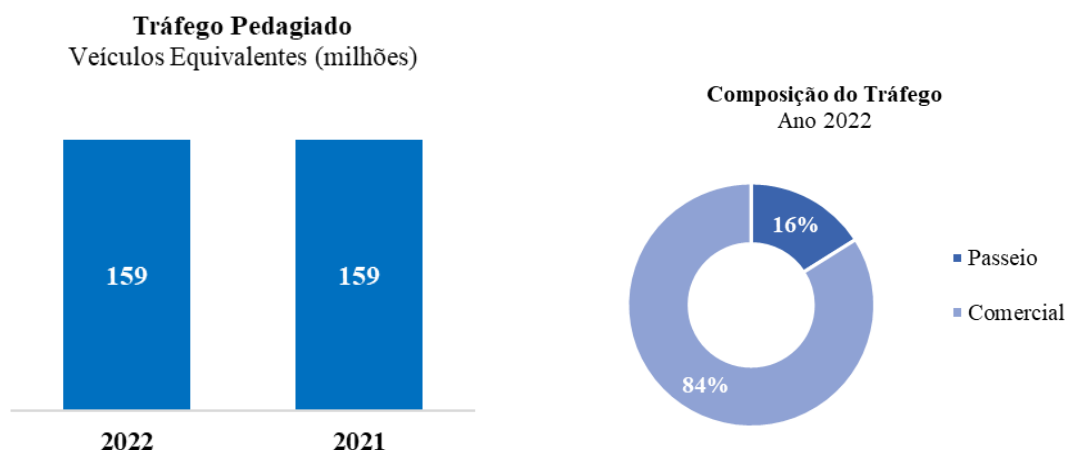
Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Régis Bittencourt são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Em fevereiro de 2022 a concessionária recebeu ofício com a 13ª Revisão

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ordinária e 14ª Revisão Extraordinária de Tarifa Básica de Pedágio. A partir da zero hora do dia 20 de fevereiro de 2022, a tarifa de veículos de passeio passou de R\$3,40 para R\$3,70 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – subitem (d) Aspectos Financeiros.

Em 2022, o tráfego pedagiado totalizou 158,7 milhões de veículos equivalentes nas seis praças de pedágio, este volume de veículos pedagiados foi linear aos 158,7 milhões registrados em 2021.



A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$760,6 milhões em 2022, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, apresentando um aumento de 9,8% sobre o obtido em 2021 de R\$692,8 milhões.

A receita de pedágio aumentou 9,2%, passando de R\$532 milhões em 2022 para R\$581 milhões em 2022. Esse acréscimo é devido ao reajuste de 8,8% da tarifa de pedágio.

Já a receita de obras registrou um aumento de R\$17,7 milhões ou 11,7%, passando de R\$151,2 milhões em 2021 para R\$168,9 milhões em 2022. Esse acréscimo acompanha o volume de obras da Companhia.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, apresentaram um aumento de R\$1,1 milhão ou 11,3%, passando de R\$9,6 milhões em 2021 para R\$10,7 milhões no exercício de 2022. Este acréscimo é decorrente de reajustes através de IPCA nos contratos e novos contratos realizados em 2022.

Investimentos

Durante o ano de 2022, foram investidos R\$185,3 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$157,5 milhões realizados em 2021, perfazem o montante de R\$342,8 milhões realizados nos últimos dois anos de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

implementação do plano de investimentos da Companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia, conforme apresentado abaixo:

	Investimentos - em R\$ milhões		
	2022	2021	Var. %
Ampliação da Rodovia	7,9	7,4	6,7%
Construção de Viaduto	18,3	1,3	1310,3%
Recuperação do Pavimento Asfáltico	72,2	78,1	-7,6%
Outros Investimentos	86,9	70,7	23,0%
Total	185,3	157,5	17,6%

A Concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais e realizou outras melhorias na rodovia no ano de 2022, como a conclusão da implantação de trevo em desnível no km 332+000 da BR-116/SP, além de 13 pontos de sinistros localizados ao longo da rodovia (BR-116/PR/SP).

Captações de Recursos

Para viabilizar os investimentos e aquisições de ativos operacionais, a Concessionária recebeu no exercício de 2019, um total de R\$1,7 bilhão oriundos de recursos captados através da 8ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações. As debêntures foram emitidas ao final de novembro, em duas séries, sendo a primeira totalizando R\$1 bilhão com vencimento final em junho de 2031, remunerada pelo IPCA + 4,5% a.a., já a segunda série totaliza R\$700 milhões e vencimento final em junho de 2027, remunerada pelo CDI + 0,86% a.a.

Valor Adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$230,5 milhões, representando 30% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 16,5% em relação a 2021, em que o valor adicionado foi de R\$197,8 milhões representando 29% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Em 2022 e 2021 não houve constituição de dividendos, uma vez que a Concessionária não apresentou resultado positivo em ambos os exercícios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Planejamento Empresarial**

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

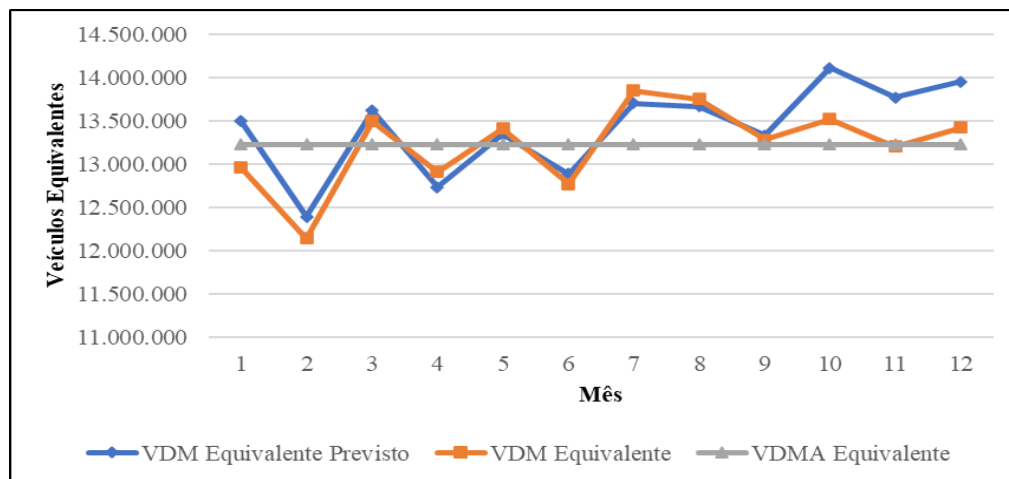
Em 2022, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Companhia.

Recursos Humanos

Em 2022, a Concessionária investiu R\$96 mil (R\$125 mil em 2021) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.

Indicadores Operacionais**a) Caracterização do Tráfego****Volume**

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação mensal do volume em 2022

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

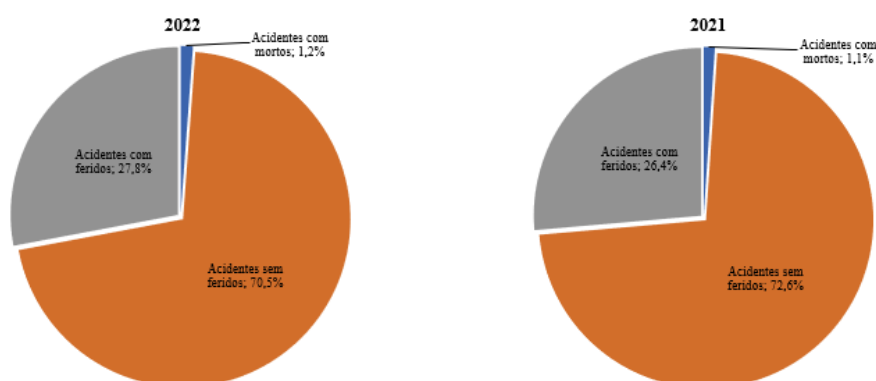


b) Segurança no Trânsito

Acidentes

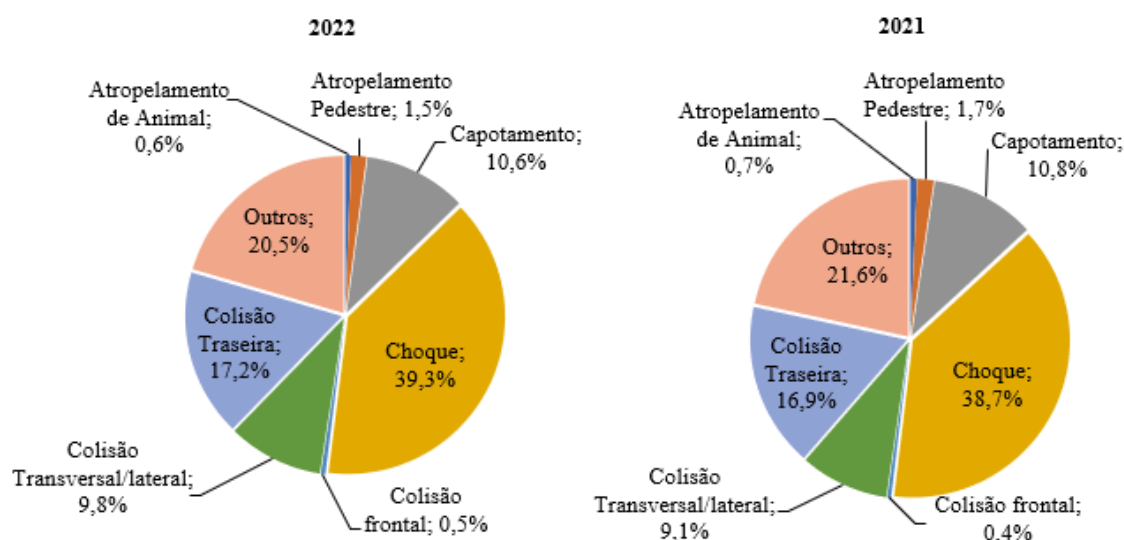
Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade



A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Percentual de acidentes por tipo



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



c) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Viatura de inspeção	11	2,73
Motos de Inspeção	2	0,50
Guincho Leve	12	2,98
Guincho Pesado	7	1,74
Ambulância Simples	9	2,24
UTI	5	1,24
Balança Fixa	2	0,50
Caminhão Operacional	1	0,25
Caminhão Pipa	6	1,49
Total de veículos operacionais	55	13,66
Administração	43	10,68
Operação de Tráfego (Líderes e Supervisores)	11	2,73
Picape	3	0,75
Pedágio	2	0,50
Animal (carretinha)	4	0,99
Segurança de trabalho	3	0,75
Manutenção	8	1,99
Total de veículos de apoio	74	18,38
Total de veículos	129	32,04

Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Tipos de funcionários alocados na concessão

Cargo	Quantidade	Qtde/100km
ANALISTA DE CCA JR	6	0,14
ANALISTA DE TRAFEGO JR	1	0,02
ANALISTA DE TRAFEGO PL	1	0,02
ANALISTA OPERACIONAL PL	1	0,02
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1	0,02
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	48	1,10
CONTROLADOR DE BALANCA I	3	0,07
ENFERMEIRO	32	0,74
INSPETOR DE TRAFEGO	53	1,22
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	3	0,07
MÉDICO	32	0,74
OPERADOR DE BALANCA	24	0,55
OPERADOR DE CCA	7	0,16
OPERADOR DE CCO	1	0,02
OPERADOR DE GUINCHO	50	1,15
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	37	0,85
OPERADOR DE PIPA	24	0,55
SOCORRISTA	147	3,38
SUPERVISOR DE TRAFEGO	3	0,07
Total Tráfego	474	10,90
OPERADOR DE PEDAGIO	230	5,29
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	25	0,57
SUPERVISOR DE ARRECADAÇÃO	2	0,05
Total Arrecadação	257	5,91
Total	731	16,81

d) Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulada
Receita	760.616	8.222.556

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**Investimentos (em R\$ mil)**

	Em 2022	Acumulado
Investimentos	185.263	3.910.197

Custos Operacionais (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulado
Custos Operacionais	555.025	6.490.486

Os custos operacionais da Companhia totalizaram R\$555 milhões em 2022, ante R\$518,1 milhões em 2021, aumento de 7,1%. A maior parte desta variação refere-se a custos de serviços de construção, devido à realização de obras.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$146,6 milhões em 2022, um aumento de 6,6% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$137,5 milhões. A variação refere-se ao aumento em serviços de terceiros devido aos reajustes contratuais e em custos de pessoal.

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)

	Em 2022	Acumulado
ISS	35.470	358.098

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ mil)

	2022	2021	Var %
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	708.939	645.506	9,8%
Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)	(349.120)	(325.061)	7,4%
EBITDA ¹	359.819	320.445	12,3%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	33.593	36.348	-7,6%
EBITDA Ajustado ²	393.412	356.793	10,3%

1) EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICP C 01.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Endividamento (em R\$ mil)

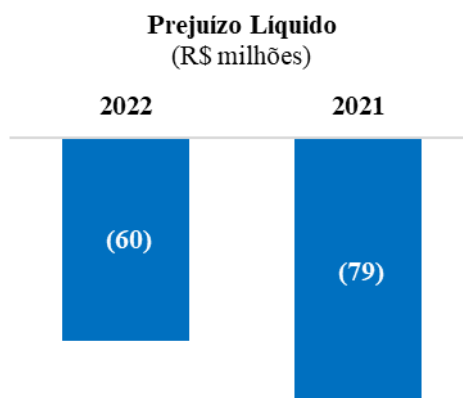
	2022	2021	Var %
Dívida Bruta	(1.869.750)	(1.887.509)	-0,9%
Curto Prazo	(100.817)	(92.811)	8,6%
Longo Prazo	(1.768.933)	(1.794.698)	-1,4%
Posição de Caixa			
Caixa e equivalentes de Caixa	8.323	10.064	-17,3%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	16.855	18.508	-8,9%
Dívida Líquida	(1.844.572)	(1.858.937)	-0,8%

¹Curto e Longo Prazo

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, estão sendo captados recursos de longo prazo no Brasil, compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2022 com prejuízo líquido de R\$59,9 milhões, uma redução de R\$19 milhões frente aos R\$78,9 milhões registrados no exercício de 2021. Essa variação deriva principalmente do aumento da receita operacional reflexo do aumento da tarifa de pedágio.



Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Valor da tarifa por praça de pedágio em 2022 (em R\$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 - São Lourenço da Serra	bidirecional	3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P2 - Miracatu		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P3 - Juquiá		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P4 - Cajati		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P5 - Barra do Turvo		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85
P6 - Campina Grande do Sul		3,70	7,40	5,55	11,10	7,40	14,80	18,50	22,20	1,85

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Concessionária em números

Tabela - Rodovias				
Dados anuais 2022		Unidade de medida ou comentário		
Quilômetros de rodovia		402,6 quilômetros		
Número de veículos que transitaram	CAT-01	24.071.898		
	CAT-02	3.601.545		
	CAT-03	178.411		
	CAT-04	5.538.712		
	CAT-05	37.470		
	CAT-06	5.756.679		
	CAT-07	4.344.334		
	CAT-08	10.048.294		
	CAT-09	919.741		
	TOTAL	54.497.084		
Número de praças de pedágios		6 praças		
Tarifa	TABELA DE CATEGORIAS			
	VALOR DA TARIFA = 3,70			
	Descrição	Eixos	Categorias	Tarifa Básica
	Automóvel, Caminhonete e Furgão	2	1	3,70
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2	2	7,40
	Automóvel semi reboque e Caminhonete semi-reboque	3	3	5,55
	Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3	4	11,10
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4	5	7,40
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4	6	14,80
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5	7	18,50
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6	8	22,20
	Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	2	9	1,85
Número de quilômetros mantidos		402,6 quilômetros		
Índice de congestionamento		Nível B		

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Tráfego Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária (em milhares)
	Jan	418.181
	Fev	433.770
	Mar	435.494
	Abr	430.473
	Mai	432.696
	Jun	425.705
	Jul	446.771
	Ago	443.694
	Set	442.730
	Out	436.104
	Nov	440.267
	Dez	433.140

Tráfego Médio Diário Anual Equivalente	Média anual	434.919 em milhares
---	-------------	---------------------

Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo	Pavimentação
	Jurídico	Obras
	Comunicação	Projetos
	Responsabilidade Social	Manutenção Tecnológica
	Meio Ambiente	Faixa de Domínio
	Conservação	Segurança do Trabalho
	Arrecadação	Tráfego
	Centro de Controle Operacional	

Índices de qualidade de estrada	Rodovia: BR-116 (SP)		
	Parâmetro	Ano 15	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%
	Rodovia: BR-116 (PR)		
	Parâmetro	Ano 15	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%
	Rodovia: Acesso Norte Curitiba (PR)		
	Parâmetro	Ano 15	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada-TR	100%	0%
	Irregularidade Longitudinal	100%	0%

Receita de pedágio	581.039 em R\$ mil
Custos associados às receitas de pedágio	51.677 em R\$ mil

Fator Trabalho	
Número de Trabalhadores	532
Despesas de Pessoal	47.425 em R\$ mil

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



<i>Fator Capital</i>	
Despesas de Depreciação	Método Linear
Ativo Líquido	25.178 em R\$ mil
Ativo Bruto	2.703.773 em R\$ mil
Série Histórica dos Investimentos	3.910.197 em R\$ mil
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado

<i>Fatores Intermediários</i>	
Despesas em Administração	13.593 em R\$ mil
Despesas em Manutenção	2.086 em R\$ mil
Outras Despesas	0 em R\$ mil

<i>Seguridade</i>	
Quantidade de Acidentes	3.938 Acidentes sem feridos
	1.568 Acidentes com feridos
	83 Acidentes com mortos

<i>Indicadores</i>	
Receita por veículo ou KM	1.894 por KM
Custo por veículo ou KM	1.382 por KM

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Balanço Social

	2022			2021		
1 - Base de cálculo						
Faturamento Bruto	760.616			692.757		
Receita líquida (RL)	708.939			645.506		
Resultado operacional (RO)	-90.473			-118.941		
Folha de pagamento bruta (FPB)	25.006			23.566		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	25.006			23.566		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.612	18%	1%	4.140	18%	1%
Encargos Sociais	9.985	40%	1%	8.819	37%	1%
Previdência privada	317	1%	0%	0	0%	0%
Saúde	3.679	15%	1%	3.677	16%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	353	1%	0%	338	1%	0%
Educação	32	0%	0%	17	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	96	0%	0%	125	1%	0%
Creches ou auxílio creche	379	2%	0%	327	1%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.717	11%	0%	2.994	13%	0%
Outros	349	1%	0%	211	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	22.520	90%	3%	20.650	88%	3%
3 - Indicadores sociais externos						
Educação	130	1%	0%	121	1%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	6	0%	0%	0	0%	0%
Outros (COVID - SAÚDE)	0	0%	0%	505	2%	0%
Total de contribuições à sociedade	136	1%	0%	626	3%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	50.611	202%	7%	46.513	197%	7%
Total - Indicadores sociais externos	50.747	203%	7%	47.138	200%	7%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



4 - Indicadores ambientais		
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	995 4% 0%	464 2% 0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	- 0% 0%	- 0% 0%
Total de investimentos em meio ambiente	995 4% 0%	464 2% 0%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	(x) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (x) Cumpre de 75 a 100%
5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	532	544
Tempo de serviço	12% até seis meses 10% de seis meses a um ano 16% entre um e dois anos 27% entre dois e cinco anos 36% mais de cinco anos	14% até seis meses 10% de seis meses a um ano 28% entre um e dois anos 23% entre dois e cinco anos 24% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	139	135
Nº de demissões durante o período	152	150
Nº de colaboradores terceirizados	647	867
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	5	12
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	94	82
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	329	356
Nº de colaboradores acima de 45 anos	104	94
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	257	271
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,00%	0,00%
Remuneração paga a mulheres no período	4.817	4.854
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	12	15
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	16	16
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	49.247	45.056
Total de horas extras pagas (valor)	1.057	821
Total de INSS pagos	6.902	6.816
Total de FGTS pago	1.465	1.416
Total de Contribuição Sindical paga	0	0
Totais dos demais encargos sociais pagos	0	0
Total de IRRF recolhido no período	845	1.621
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IRPJ recolhido no período	0	0
Total de CSLL recolhido no período	0	0
Total de PIS recolhidos no período	3.692	3.507
Total de COFINS recolhidos no período	17.039	16.186
Total de outros tributos recolhidos no período	29.573	19.435

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	41,35	41,15
Número total de acidentes de trabalho	1	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores () não se aplica	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores (X) não se aplica
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos () são exigidos parcialmente (X) são exigidos
Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	29% no PROCON 7% na Justiça	0% no PROCON 7% na Justiça
Valor adicionado total a distribuir	238.350	202.861
Distribuição do Valor Adicionado	9% Governo -25% Acionistas 21% Colaboradores 95% Terceiros 0% Retidos	3% Governo -39% Acionistas 24% Colaboradores 112% Terceiros 0% Retidos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Demais assuntos

A Agenda ESG compõe os orientadores estratégicos da Arteris e fundamentam as tomadas de decisão da companhia, considerando a análise de impactos ambientais, sociais e de governança reais e potenciais de sua atuação. Por meio de iniciativas, indicadores e metas em diversas frentes, a agenda orienta a promoção de uma gestão voltada à geração de valor compartilhado.

Importantes avanços nessa Agenda foram registrados em 2022, com a implantação de projetos que contribuem cada vez mais para o caminho do desenvolvimento sustentável. A estruturação do Comitê ESG, composto pela alta direção e acionistas, reportando diretamente ao Conselho de Administração, além da incorporação de metas ESG na avaliação de desempenho dos executivos, demonstram a robustez da governança do tema na companhia.

A redução de emissões atmosféricas, o foco na eficiência energética de suas operações e a contribuição para a economia circular são compromissos de uma das frentes prioritárias da Agenda ESG na busca pela descarbonização, seguindo a metodologia de metas baseadas na ciência da iniciativa *Science Based Target*. A primeira conquista da agenda foi a aquisição de certificados de energia renovável I-REC+REC Brazil correspondentes a 100% do consumo próprio de eletricidade de 2021, reduzindo a zero as emissões de CO₂e desta fonte.

Projetos implantados inicialmente em menor escala foram estendidos a maioria das concessionárias, como a substituição de lâmpadas tradicionais por LED, a implantação de painéis solares na Arteris ViaPaulista e no Núcleo de Soluções, escritório sede da empresa em Ribeirão Preto e a implantação de biofossas para tratamento de resíduos sanitários de forma ecológica. Outros destaques dentro do plano de descarbonização têm conexão com o consumo sustentável de combustíveis, a gestão de resíduos, a recuperação de pavimentos com utilização de asfalto reciclado e redução de consumo de energia na aplicação, dentre outras iniciativas.

Com o desafio presente na conservação da biodiversidade, a Arteris Fluminense se destacou com a relevância do projeto de passagens de fauna, infraestruturas de corredores ecológicos que interligam fragmentos florestais isolados na paisagem, reduzem o isolamento geográfico e trazem proteção para a fauna silvestre, em especial o mico-leão dourado, além do aumento da segurança viária para os usuários da BR-101/RJ. Por meio deste projeto, a concessionária conquistou o Prêmio Firjan de Sustentabilidade 2022, na categoria Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos, reconhecimento do Projeto Rodovias Sustentáveis.

Como signatária da Década de Ação da ONU para a Segurança Viária (2020-2030) para reduzir 50% das fatalidades nas rodovias, a Arteris acompanha de perto os indicadores de segurança viária de suas concessões e direciona o foco para iniciativas que atuam em pontos críticos, em busca da melhoria contínua dos índices de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

acidentes e fatalidades. Em 2022, a companhia também procurou aprofundar a análise de dados dos acidentes rodoviários conferindo um olhar mais “individualizado” para o perfil de tráfego e de ocorrências em cada concessionária, a fim de ampliar a efetividade das ações. Esse trabalho é reflexo do amadurecimento do Grupo Estratégico para Redução de Acidentes Rodoviários (GERAR), responsável pela gestão do Plano de Redução de Acidentes (PRA), cujas ações são realizadas por meio de três frentes: educação, com o Projeto Escola, Viva Meio Ambiente e Programas Viva, operação, via parcerias em campanhas de fiscalização e engenharia, com investimentos em obras e manutenção.

O Projeto Escola passou por um processo de atualização e adotou em 2022 o formato de educação híbrida. A base continua a mesma: estimular a educação para a humanização do trânsito e a vivência da sustentabilidade através da capacitação dos educadores e da distribuição de materiais pedagógicos. Nesse novo formato, os professores recebem um “cardápio pedagógico” com games, quiz, vídeos de animação, podcasts, entre outros, onde podem escolher quais experiências vão nortear o trabalho com os alunos. Ainda em 2022, o Projeto Escola recebeu o Prêmio Rodovias + Brasil, do Ministério da Infraestrutura, na categoria Ações Sociais em Concessões.

Entregas como a conclusão da ponte sul sobre o Rio Camboriú, na concessionária Litoral Sul, e o início da obra da terceira faixa na concessionária Fernão Dias têm importante papel na busca pela redução de ocorrências, especialmente com o objetivo de segregar os veículos que utilizam a via para longos trajetos e os que percorrem curta distância, oferecendo alternativas para que estes últimos não precisem utilizar as vias principais. Só no trecho da ponte do Rio Camboriú, observou-se redução de mais de 50% nos acidentes, em seis meses de análise após a implantação.

O compromisso da Arteris com agendas públicas, além da Década da ONU para a Segurança Viária, é representado também pela adesão a iniciativas como o Pacto Global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Programa na Mão Certa, por meio do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras.

Por meio do Programa de Integridade, a Arteris promove ações para prevenir, minimizar ou detectar com agilidade atos de corrupção, fraude e outros desvios de conduta ética. A certificação ISO 37001 para o sistema anticorrupção, conquistada em 2022, atesta a efetividade da gestão e dos processos da companhia, considerando o mapa de riscos e as medidas de mitigação e controle para os riscos relacionados principalmente à corrupção e exposição reputacional, pontos sensíveis recorrentes na seara da interface entre os agentes públicos e privados. Essa conquista se soma ao Selo Pró-Ética, entregue em 2021 pela Controladoria Geral da União (CGU), sendo a Arteris a única empresa do setor de concessão de rodovias a ser reconhecida, e reforça a sua atuação voltada para a manutenção de um ambiente de negócio ético e de confiança na relação com os stakeholders.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Nessa linha, a Arteris vem investindo na reestruturação dos processos de suprimentos, incluindo a implantação de sistemas modernos com foco na qualidade, transparência e gestão do relacionamento com fornecedores e parceiros, em alinhamento com os parâmetros ESG.

Manter um ambiente de trabalho seguro também é um compromisso renovado a cada dia, com ações voltadas à promoção da cultura de segurança entre colaboradores e terceiros e à melhoria contínua das condições de trabalho. A criação do CCSO (Centro de Controle de Segurança e Operação), função agregada ao CCO (Centro de Controle Operacional) reforça o olhar para a segurança do trabalho. Este projeto representa uma inovação com a disponibilidade de observação remota e permanente das condições de segurança dos trabalhadores por meio de câmeras, tornando possível chegar a várias frentes de serviço de maneira rápida e segura.

A segurança cibernética também foi alvo de investimento em 2022, com a proteção das informações no espaço cibernético. A Arteris tem trabalhado com tecnologias de ponta, parceiros de negócios e os principais fornecedores de Tecnologia e Segurança de Informação para aumento da maturidade e melhoria nos seus processos.

Aspecto desafiador para muitas empresas e que vem ganhando mais foco com a Agenda ESG é a pauta da diversidade, equidade e inclusão. Ações estruturais do Programa de Diversidade Arteris, como a realização de um censo para mapear o perfil do público interno, com a participação de 80% dos colaboradores, proporcionou a definição dos pilares de atuação, voltados para gênero, raça, LGBTI+, pessoas com deficiência e gerações, e suas lideranças responsáveis, preparando o caminho para a implantação das iniciativas que integrarão essa agenda nos próximos anos, sustentados pela norma de diversidade da companhia, lançada em 2022.

Pautada no planejamento, na inovação e no uso de boas práticas, a Arteris segue na execução da Agenda ESG em 2023, sem perder a visão de futuro, na certeza de que seus resultados contribuam para a geração de valor compartilhado.

b) Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Agradecimentos**

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de funcionários pelo empenho e dedicação dispensados.

Registro, 16 de fevereiro de 2023.

A Administração.

Diretoria

Andre Giavina Bianchi

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Simone Aparecida Borsato

Diretora Econômico e Financeiro/

Diretora de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza

Diretor de Manutenção

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia

Conselheiro

Roberto Paolini

Conselheiro

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega

Conselheira

Contador

Fernando Vinicius de Lima

CRC SP-305385/O-9

Notas Explicativas

Autopista Régis Bittencourt S.A.

Demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Régis Bittencourt S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), domiciliada no município de Registro, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia SP 139, 226. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e “*holding*” é a Arteris S.A. (“Arteris”).

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, (ii) a Brookfield Aylesbury LLC e (iii) a *holding* brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

A Arteris S.A. é uma Sociedade brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE’s) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”).

A Autopista Régis Bittencourt S.A. tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

2. CONCESSÃO

A Sociedade está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 30 km de terceira faixa.
- 55 km de vias laterais.
- 26,4 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 Bases de Serviços Operacionais – BSO’s.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços, que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos

Notas Explicativas

bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$8.436. A partir de 31 de dezembro de 2022 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$85.766 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

(b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.

(e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

(g) O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.

(h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$1.128.628 (R\$1.158.008 em 31 de dezembro de 2021) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$344.642 (R\$342.344 em 31 de dezembro de 2021) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

(i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.

(ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

No ano de 2022 a Sociedade informa que está em negociações com a ANTT, para firmar um Termo de Ajuste de Conduta - "TAC", a fim de sanar processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, mediante proposta de execução de obras não previstas no contrato de concessão. Mas, segue apresentando suas justificativas e defesas

Notas Explicativas

administrativas em procedimentos de não conformidades que estão em andamento. Até a data da presente divulgação não houve formalização de nenhum termo entre as partes.

A Administração da Sociedade avaliou os aspectos contábeis relacionados a este fato e entendeu que não há impacto a ser refletido nas demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2022. De acordo com o andamento do processo, a Sociedade espera que ajustes materiais possam ser reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema. A Sociedade manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas a este tema.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(i) Julgamentos

Contabilização do contrato de concessão

Notas Explicativas

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão.

(ii) Estimativas

Determinação das receitas de construção

De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Compliance* - POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade reconhece provisão para demandas judiciais fiscais, cíveis, trabalhistas, regulatórias e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 17.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a

Notas Explicativas

disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado.

A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

4.1 Contratos de concessão de serviços

A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa nº 2.

4.1.1 Receitas

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A receita de operações ou serviços (cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão) é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Sociedade. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de desempenho, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

4.1.2 Ativos intangíveis

A Sociedade, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

4.2 Moeda estrangeira

Notas Explicativas

Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Sociedade pela taxa de câmbio na data de fechamento. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

4.3.2 Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Notas Explicativas

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.4 Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)

No início de um contrato, a Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Sociedade.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

Notas Explicativas

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido das despesas de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Outros ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de depreciação estão divulgadas na nota explicativa nº 11. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.7 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

Notas Explicativas

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda.

Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* – EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável da UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista.

4.8 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos.

4.9 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do PIB e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.10 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa média de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: representam os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos

Notas Explicativas

respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

4.13 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023.

Não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis:

- (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC26);
- (c) Contratos de Seguros;
- (d) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26);

Notas Explicativas

(e) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC23).

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas bancárias	5.845	3.542
Aplicações financeiras*	2.478	6.522
Total	<u>8.323</u>	<u>10.064</u>
Aplicações financeiras	31.12.2022	31.12.2021
Fundos de investimentos**	3.382	3.798
Total	<u>3.382</u>	<u>3.798</u>

* Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 100,93% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,2% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

** As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	33.105	-	28.817	-
Cupons de pedágio a receber	1.399	-	1.387	-
Cartões de pedágio a receber	195	-	193	-
Receitas acessórias a receber (a)	2.334	4.764	3.009	3.937
Outras receitas a receber	59	-	2	-
Total	<u>37.092</u>	<u>4.764</u>	<u>33.408</u>	<u>3.937</u>

(a) Receitas acessórias referentes ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

Cronograma de recebimento:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	36.932	4.764	32.990	3.937
Créditos vencidos até 60 dias	33	-	418	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	49	-	-	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	11	-	-	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	67	-	-	-
Total	<u>37.092</u>	<u>4.764</u>	<u>33.408</u>	<u>3.937</u>

Notas Explicativas

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021. O prazo médio de recebimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da Sociedade.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(90.473)	(118.941)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	30.761	40.440
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(206)	(410)
Total	<u>30.555</u>	<u>40.030</u>
Imposto Contabilizado	30.555	40.030
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>30.555</u>	<u>40.030</u>
	<u>30.555</u>	<u>40.030</u>
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

Notas Explicativas

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2022	31.12.2021
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	527.728	452.903
Provisão de participação nos lucros	1.488	1.625
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	6.470	5.666
Outras provisões	2.440	2.125
Provisão para manutenção de rodovias	53.784	57.739
Amortização acumulada de obras futuras	602	516
Arrendamentos	1.157	788
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	34	34
Amortização estorno de capitalização de juros	(15)	(13)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	593.688	521.383
Alíquota nominal	34%	34%
Total	201.854	177.270
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(584)	(584)
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	-	(45)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	140.145	122.627
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(178.684)	(196.247)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(60.753)	(66.724)
Total do imposto de renda e contribuição social	141.101	110.546

Movimentos de resultados representados por:

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo fiscal e base negativa	74.825	140.444
Provisão de participação nos lucros	(137)	36
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	804	(914)
Outras provisões	315	(406)
Provisão para manutenção de rodovias	(3.955)	(39.452)
Amortização acumulada de obras futuras	86	86
Ajuste dos encargos financeiros (risco sacado)	45	(7)
Arrendamentos	369	432
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14		
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	17.518	17.518
Amortização estorno de capitalização de juros	(2)	(2)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	89.868	117.735
Alíquota nominal	34%	34%
Total	30.555	40.030
Total do imposto de renda e contribuição social	30.555	40.030

(a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço

Notas Explicativas

da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto - PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (EBT).

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

O prazo para a realização do imposto diferido reconhecido é previsível até o final da concessão.

8. APLICAÇÃO FINANCEIRA VINCULADA

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$13.473 (R\$14.710 em 31 de dezembro de 2021), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 106,87% a.a. da variação do CDI (114,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas**9. DIREITO DE USO**

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2021	18.167	3.803	765	613	639	-	23.987
Remensuração	1.053	247	478	(1.076)	2.410	-	3.112
Adições	-	-	-	7.563	-	-	7.563
Baixas	-	-	(547)	(580)	-	-	(1.127)
Saldo em 31.12.2022	19.220	4.050	696	6.520	3.049	-	33.535
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2021	(3.980)	(108)	(618)	(507)	(342)	-	(5.555)
Amortização	(3.800)	(1.326)	(163)	(1.999)	(333)	-	(7.621)
Baixa	-	-	547	580	-	-	1.127
Saldo em 31.12.2022	(7.780)	(1.434)	(234)	(1.926)	(675)	-	(12.049)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2021	14.187	3.695	147	106	297	-	18.432
Saldo em 31.12.2022	11.440	2.616	462	4.594	2.374	-	21.486
Taxas de amortização - a.a.	20%	34%	50%	89%	21%	0%	
	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Imóveis (e)	Outros	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2020	16.873	3.448	735	591	34	435	22.116
Remensuração	1.312	54	30	22	33	-	1.451
Adições	(18)	3.826	-	-	380	-	4.188
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	435	(435)	-
Baixas	-	(3.525)	-	-	(243)	-	(3.768)
Saldo em 31.12.2021	18.167	3.803	765	613	639	-	23.987
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2020	(563)	(2.365)	(200)	(125)	(26)	(405)	(3.684)
Amortização	(3.480)	(1.268)	(418)	(382)	(154)	-	(5.702)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	(405)	405	-
Baixa	63	3.525	-	-	243	-	3.831
Saldo em 31.12.2021	(3.980)	(108)	(618)	(507)	(342)	-	(5.555)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2020	16.310	1.083	535	466	8	30	18.432
Saldo em 31.12.2021	14.187	3.695	147	106	297	-	18.432
Taxas de amortização - a.a.	20%	33%	55%	63%	37%	0%	

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a veículos administrativos.
- (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.

Notas Explicativas**10. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2021	1.038	2.564	611	1.175	4.483	108	9.979
Adições	171	788	471	-	-	2	1.432
Transferências/reclassificações	-	109	-	2	(1)	(110)	-
Saldo em 31.12.2022	<u>1.209</u>	<u>3.461</u>	<u>1.082</u>	<u>1.177</u>	<u>4.482</u>	<u>-</u>	<u>11.411</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2021	(884)	(1.734)	(558)	(824)	(2.752)	-	(6.752)
Depreciações	(42)	(423)	(123)	(118)	(328)	-	(1.034)
Saldo em 31.12.2022	<u>(926)</u>	<u>(2.157)</u>	<u>(681)</u>	<u>(942)</u>	<u>(3.080)</u>	<u>-</u>	<u>(7.786)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2021	154	830	53	351	1.731	108	3.227
Saldo em 31.12.2022	283	1.304	401	235	1.402	-	3.625
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%		
	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>							
Saldo em 31.12.2020	1.043	2.474	611	1.175	4.491	-	9.794
Adições	-	90	-	-	-	108	198
Alienações/baixas	(5)	-	-	-	(8)	-	(13)
Saldo em 31.12.2021	<u>1.038</u>	<u>2.564</u>	<u>611</u>	<u>1.175</u>	<u>4.483</u>	<u>108</u>	<u>9.979</u>
<u>Depreciação acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2020	(842)	(1.393)	(438)	(708)	(2.386)	-	(5.767)
Depreciações	(47)	(341)	(120)	(116)	(372)	-	(996)
Alienações/baixas	5	-	-	-	6	-	11
Saldo em 31.12.2021	<u>(884)</u>	<u>(1.734)</u>	<u>(558)</u>	<u>(824)</u>	<u>(2.752)</u>	<u>-</u>	<u>(6.752)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>							
Saldo em 31.12.2020	201	1.081	173	467	2.105	-	4.027
Saldo em 31.12.2021	154	830	53	351	1.731	108	3.227
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%		

Notas Explicativas**11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO**

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2021	3.647.891	6.126	700	3.654.717	46.230	3.700.947
Adições	119.227	1.413	298	120.938	54.789	175.727
Transferências/reclassificações	25.922	-	(120)	25.802	(25.802)	-
Alienações/baixas	(13)	-	-	(13)	-	(13)
Saldo em 31.12.2022	<u>3.793.027</u>	<u>7.539</u>	<u>878</u>	<u>3.801.444</u>	<u>75.217</u>	<u>3.876.661</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2021	(1.185.099)	(3.238)	-	(1.188.337)	-	(1.188.337)
Amortizações	(226.706)	(745)	-	(227.451)	-	(227.451)
Alienações/baixas	1	-	-	1	-	1
Saldo em 31.12.2022	<u>(1.411.804)</u>	<u>(3.983)</u>	<u>-</u>	<u>(1.415.787)</u>	<u>-</u>	<u>(1.415.787)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2021	2.462.792	2.888	700	2.466.380	46.230	2.512.610
Saldo em 31.12.2022	2.381.223	3.556	878	2.385.657	75.217	2.460.874
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Adiantamento fornecedores	Total do intangível	Infraestrutura em construção (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2020	3.507.617	5.430	700	3.513.747	31.581	3.545.328
Adições	131.077	696	93	131.866	23.758	155.624
Transferências/reclassificações	9.202	-	(93)	9.109	(9.109)	-
Alienações/baixas	(5)	-	-	(5)	-	(5)
Saldo em 31.12.2021	<u>3.647.891</u>	<u>6.126</u>	<u>700</u>	<u>3.654.717</u>	<u>46.230</u>	<u>3.700.947</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2020	(971.181)	(2.629)	-	(973.810)	-	(973.810)
Amortizações	(213.920)	(609)	-	(214.529)	-	(214.529)
Alienações/baixas	2	-	-	2	-	2
Saldo em 31.12.2021	<u>(1.185.099)</u>	<u>(3.238)</u>	<u>-</u>	<u>(1.188.337)</u>	<u>-</u>	<u>(1.188.337)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2020	2.536.436	2.801	700	2.539.937	31.581	2.571.518
Saldo em 31.12.2021	2.462.792	2.888	700	2.466.380	46.230	2.512.610
Taxas de amortização - a.a. (c)	6%	20%				

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos e a política da Sociedade é divulgá-los em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais naturezas as obras de duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (c) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade complementou o montante de R\$5.237 (R\$3.706 em 31 de dezembro de 2021) o valor justo da infraestrutura em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2022 foi de 1,64% a.a. e em 2021 1,06% a.a. do total de juros provisionados no exercício, vide nota explicativa 12.

Análise de impairment

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o exercício de 2022 de acordo com os requisitos o CPC 01.

Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2022.

Os cálculos do valor em uso e suas premissas subjacentes foram realizados e aprovadas pela Administração, para o período do contrato de concessão. As principais premissas que afetam os fluxos de caixa da Sociedade são: curva de demanda de tráfego, crescimento do PIB e sua elasticidade para cada UGC, variação tarifária, nível de investimento e custos operacionais, bem como a taxa de desconto. As projeções foram feitas em Reais, considerando efeitos inflacionários: 5,03% em 2023, 4,15% em 2024 e 3,63% de 2025 até 2033.

A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital após impostos (CMPC DI) estimado de acordo com a metodologia CAPM (*Capital Asset Pricing Model*), e é determinada pela média ponderada do custo dos recursos próprios e do custo dos recursos externos. O correspondente Custo Médio Ponderado de Capital após impostos é de 8,83% em 31 de dezembro de 2022 (8,5% em 31 de dezembro de 2021).

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da unidade geradora de caixa, o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em qualquer premissa acarretará uma perda adicional.

A Administração vem acompanhando as projeções com o realizado de 31 de dezembro de 2022 e concluiu que não possui qualquer indicativo para constituição de provisão de *impairment*.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021
8ª emissão - 1ª série	1.000.000	IPCA + 4,5% a.a.	jun-31	1.295.127	1.239.233
8ª emissão - 2ª série	700.000	CDI +0,86% a.a.	jun-27	618.626	692.201
				<u>1.913.753</u>	<u>1.931.434</u>
			Custo de transação	<u>(44.005)</u>	<u>(50.781)</u>
			Total	1.869.748	1.880.653
			Circulante	100.815	85.955
			Não circulante	<u>1.768.933</u>	<u>1.794.698</u>
			Total	1.869.748	1.880.653

Notas Explicativas

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	92.731	1.838.703	1.931.434	143.534	1.692.384	1.835.918
Juros e variações monetárias provisionados	143.592	69.145	212.737	93.465	118.523	211.988
Amortização de principal	(87.232)	-	(87.232)	(64.293)	-	(64.293)
Pagamento de juros	(143.186)	-	(143.186)	(52.179)	-	(52.179)
Transferências	101.686	(101.686)	-	(27.796)	27.796	-
	<u>107.591</u>	<u>1.806.162</u>	<u>1.913.753</u>	<u>92.731</u>	<u>1.838.703</u>	<u>1.931.434</u>
Custo de transação	(6.776)	(37.229)	(44.005)	(6.776)	(44.005)	(50.781)
Saldo final	<u>100.815</u>	<u>1.768.933</u>	<u>1.869.748</u>	<u>85.955</u>	<u>1.794.698</u>	<u>1.880.653</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
8ª emissão - 1ª série	19.11.2019	1.000.000	1.000	19.11.2019	1.000.000
8ª emissão - 2ª série	19.11.2019	700.000	970	19.11.2019	678.821
		<u>1.700.000</u>			<u>1.678.821</u>

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2024	142.885
2025	168.051
2026	197.625
2027	230.844
Após 2027	1.066.757
	<u>1.806.162</u>

As debêntures da 8ª Emissão possuem fiança da controladora Arteris.

As escrituras de emissão da 8ª emissão da Sociedade possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Sendo as principais elencadas abaixo:

Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,2, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \frac{(\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{CAPEX})}{\text{Serviço da Dívida}}$$

Onde:

(i) EBITDA (*Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice;

Notas Explicativas

(ii) Impostos Pagos = somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido pagos nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apuração do ICSD; e

(iii) CAPEX = montante investido para execução das obras e aquisição de equipamentos nos últimos 12 (doze) meses conforme descritos nos itens “Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado” e “Aquisições de Itens do Intangível” do Caixa Líquido das Atividades de Investimento constante das Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto.

(b) A relação entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total" for inferior a 20% (vinte por cento).

A partir do exercício social de 2027, apresentar trimestralmente índice de alavancagem, de acordo com cada ano, menor ou igual a:

3,0 – 2027

2,5 – 2028

2,0 – 2029

1,5 – 2030

1,0 – 2031

$$\text{Alavancagem} = \frac{\text{Dívida Líquida}}{\text{EBITDA Ajustado}}$$

Onde:

(iv) Dívida Líquida = soma de todos os saldos dos empréstimos, financiamentos e debentures menos todas as disponibilidades de caixa; e

(v) EBITDA Ajustado = lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice

A Sociedade está cumprindo às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, na data das demonstrações contábeis.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R\$26.149 (R\$14.531 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$8.649 (R\$15.248 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	5.345	13.876	19.221	4.847	13.941	18.788
Remensuração	(660)	3.772	3.112	499	952	1.451
Adições	7.563	-	7.563	1.455	2.733	4.188
Utilizações	(8.961)	-	(8.961)	(6.613)	-	(6.613)
Ajuste a valor presente - AVP	1.707	-	1.707	1.407	-	1.407
Transferências	5.575	(5.575)	-	3.750	(3.750)	-
Saldo final	<u>10.569</u>	<u>12.073</u>	<u>22.642</u>	<u>5.345</u>	<u>13.876</u>	<u>19.221</u>

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2024	6.238
2025	4.076
2026	233
2027	233
Após 2027	1.293
	<u>12.073</u>

Das utilizações, os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$7.766 (R\$6.027 em 31 de dezembro de 2021).

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são respectivamente R\$148 e R\$681 para PIS e Cofins (R\$112 e R\$516 respectivamente para 31 de dezembro de 2021).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a taxa média é de 9,18% a.a. (8,42% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com a controladora e demais partes relacionadas são relativas a despesas administrativas.

Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Planalto Sul S.A. (a)	-	2
Litoral Sul S.A. (a)	-	3
Contas a receber de partes relacionadas circulante	-	5
Total parte relacionada no ativo circulante	-	5
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	4.503	4.385
Planalto Sul S.A. (a)	1	697
Fernão Dias S.A. (a)	-	5
Litoral Sul S.A. (a)	2.289	3.087
Passivos com partes relacionadas circulante	6.793	8.174
Total do passivo circulante	6.793	8.174
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>		
Arteris S.A.	(18.722)	(17.788)
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Planalto Sul S.A.	(28)	(690)
Fernão Dias S.A.	-	(5)
Litoral Sul S.A.	(7.728)	(8.530)
Total	(26.478)	(27.013)

Notas Explicativas

a) Referem-se a despesas administrativas pagas por outras partes relacionadas, que serão reembolsadas, como por exemplo aluguel, gastos corporativos com a Sociedade, dentre outras, com vencimento médio de 45 dias.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade reconheceu respectivamente o montante de R\$363 (R\$918 em 31 de dezembro de 2021), já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$3.002 (R\$3.655 em 31 de dezembro de 2021) a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo – ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.488 e R\$1.625.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *Earning before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* – EBITDA da Sociedade e EBITDA consolidado do grupo Arteris, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

(a) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	31.12.2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2022
Cíveis	582	2.930	(19)	(2.144)	64	1.413
Trabalhistas	1.019	2.935	(571)	(2.583)	16	816
Regulatório	4.065	-	(183)	-	359	4.241
Total	<u>5.666</u>	<u>5.865</u>	<u>(773)</u>	<u>(4.727)</u>	<u>439</u>	<u>6.470</u>

Notas Explicativas

	31.12.2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31.12.2021
Cíveis	808	1.853	(81)	(2.064)	66	582
Trabalhistas	1.740	1.121	(324)	(1.518)	-	1.019
Regulatório	4.032	33	-	-	-	4.065
Total	<u>6.580</u>	<u>3.007</u>	<u>(405)</u>	<u>(3.582)</u>	<u>66</u>	<u>5.666</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos internos totalizando R\$4.241 e R\$4.065, respectivamente. A Sociedade informa ainda que os processos regulatórios prováveis, possíveis e remotos são objeto de negociação de TAC de multas conforme mencionado na nota explicativa nº 2. Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos internos da Sociedade para os quais não foram constituídas provisões e que sumarizam o montante de R\$26.781 (R\$12.898 em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscal ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31.12.2022	31.12.2021
Cíveis (*)	2.865	3.172
Trabalhistas	1.073	853
Fiscal	3.921	3.918
Total	<u>7.859</u>	<u>7.943</u>

(*) Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$657 em 31 de dezembro de 2022 (R\$847 em 31 de dezembro de 2021) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado perda como possível ou remota. O saldo referente aos depósitos de naturezas diversas, é composto da seguinte forma:

Depósitos Judiciais	31.12.2022	31.12.2021
Cível	86	78
Trabalhista	571	769
Total	<u>657</u>	<u>847</u>

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 (5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021), considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2021	1.399	28.028	29.711	1.399	57.739
Adições/Reversões	-	8.403	25.190	-	33.593
Utilizações	-	(41.026)	-	-	(41.026)
Ajuste a valor presente	-	1.418	2.060	-	3.478
Transferências	-	19.825	(19.825)	-	-
Saldo em 31.12.2022	1.399	16.648	37.136	1.399	53.784

	Circulante		Não circulante	Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2020	1.399	64.326	32.865	1.399	97.191
Adições/Reversões	-	16.022	20.326	-	36.348
Utilizações	-	(79.513)	-	-	(79.513)
Ajuste a valor presente	-	2.299	1.414	-	3.713
Transferências	-	24.894	(24.894)	-	-
Saldo em 31.12.2021	1.399	28.028	29.711	1.399	57.739

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$48.118 (R\$74.220 em 31 de dezembro de 2021).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$978.785 (R\$892.785 em 31 de dezembro de 2021), compostos por 747.759.759 (666.255.515 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor R\$955.785 (R\$892.785 em 31 de dezembro de 2021).

Em 27 de setembro de 2021 a Sociedade efetuou a redução de capital social no montante de R\$90.000, mediante restituição de capital em moeda corrente e sem o cancelamento de quaisquer ações conforme ata constituída em 14 de setembro de 2021

A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
20.01.2022	AGE	Dinheiro	8.955.224	12.000	12.000
07.02.2022	AGE	Dinheiro	72.549.020	74.000	3.000
22.08.2022 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	6.000
05.09.2022 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	4.500
20.09.2022 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	2.000
05.10.2022 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	4.000
20.10.2022 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	2.500
21.11.2022 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	3.000
05.12.2022 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	3.000
14.12.2022 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	5.000
20.12.2022 (*)	AGE	Dinheiro	-	-	18.000
			81.504.244	86.000	63.000

(*) Integralização de capital referente a Ata constituída em 07 de fevereiro de 2022 no montante subscrito de R\$74.000, o valor residual de R\$23.000 será integralizado em até doze meses a partir da data da aprovação.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas

Reserva legal e retenção de lucros

O Estatuto Social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2022 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado apurado no exercício de 2022 ter apresentado prejuízo.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Receita bruta:		
Receita de serviços prestados	581.039	531.950
Receita de serviços de construção	168.900	151.217
Outras receitas	10.677	9.590
	<u>760.616</u>	<u>692.757</u>
Deduções:		
ISSQN	(29.052)	(26.773)
PIS	(3.839)	(3.515)
COFINS	(17.720)	(16.224)
Outras deduções	(1.066)	(739)
Receita líquida	<u>708.939</u>	<u>645.506</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

Notas Explicativas

	31.12.2022	31.12.2021
Custos:		
Com pessoal	(32.533)	(30.327)
Serviços de terceiros	(26.488)	(23.931)
Conservação	(17.611)	(19.171)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(4.152)	(3.939)
Consumo	(4.328)	(4.729)
Transportes	(7.308)	(5.331)
Verba de fiscalização	(19.212)	(17.356)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(302)	(396)
Seguros / Garantias	(4.177)	(3.510)
Provisão de manutenção em rodovias	(33.593)	(36.348)
Custos de serviços da construção	(168.900)	(151.217)
Depreciação / Amortização	(235.527)	(220.541)
Outros	(894)	(1.353)
Total	<u>(555.025)</u>	<u>(518.149)</u>

	31.12.2022	31.12.2021
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(17.893)	(17.427)
Serviços de terceiros	(3.785)	(2.807)
Manutenção de bens e conservação	(2.086)	(1.957)
Consumo	(1.544)	(1.443)
Transportes	(161)	(169)
Seguros/Garantias	(49)	(47)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(5.092)	(2.602)
Comunicação e marketing	(408)	(441)
Indenizações à terceiros	(27)	(22)
Publicações legais	(155)	(296)
Depreciação / Amortização	(579)	(686)
Outros	(1.793)	(1.456)
Total	<u>(33.572)</u>	<u>(29.353)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

Notas Explicativas

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	7.648	5.026
Créditos fiscais	156	35
Outras receitas	46	47
Total	<u>7.850</u>	<u>5.108</u>
	31.12.2022	31.12.2021
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros (*)	(207.500)	(208.282)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(5.230)	(5.112)
Outras despesas	(9.309)	(9.837)
Total	<u>(222.039)</u>	<u>(223.231)</u>
	31.12.2022	31.12.2021
Outros resultados financeiros líquidos:		
Variação cambial líquida	3	(36)
Total	<u>3</u>	<u>(36)</u>

(*) Do total de juros de debêntures incorridos em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$207.500, o montante de R\$5.237 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração dos fluxos de caixa de investimento capitalizado (R\$208.282 e R\$3.706 em 31 de dezembro de 2021).

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Informações suplementares

	31.12.2022	31.12.2021
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (*)	175.727	155.624
Total das adições de imobilizado (**)	1.432	198
Juros capitalizados – debêntures (*)	(5.237)	(3.706)
	<u>171.922</u>	<u>152.116</u>
Aquisição (adições)	(171.922)	(152.116)
Fornecedores	5.509	9.666
Obrigações fiscais	(3.712)	881
Contas a pagar - partes relacionadas	(750)	350
Cauções contratuais	(5.600)	1.736
Realização manutenção ICPC 01 em rodovias	(41.026)	(79.513)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	<u>(217.501)</u>	<u>(218.996)</u>
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(1.432)	(198)
Aquisições de itens do intangível	(216.069)	(218.798)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	<u>(217.501)</u>	<u>(218.996)</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(45.579)	(66.880)

(*) Vide nota explicativa 11

(**) Vide nota explicativa 10

23. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação:

Notas Explicativas

	31.12.2022	31.12.2021
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(59.918)	(78.911)
Número de ações durante exercício (*)	739.716	657.570
Prejuízo por ação	(0,0810)	(0,1200)
(*) em milhares		

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não existir durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

O quadro abaixo apresenta a média ponderada das ações:

Evento	Data	Dias (evento e final do exercício)	%	Ações emitidas no ano	Saldo atual de ações	Média ponderada de ações
	31.12.2021	0	0,00%	-	666.255.515	666.255.515
Ata AGE	20.01.2022	345	94,52%	8.955.224	675.210.739	8.464.527
Ata AGE	07.02.2022	327	89,59%	72.549.020	747.759.759	64.995.971
	31.12.2022	365		81.504.244		739.716.013
Média ponderada (em milhares)						739.716

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas demonstrações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2022		31.12.2021	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	1	8.323	8.323	10.064	10.064
Aplicações financeiras	Nível 2	1	3.382	3.382	3.798	3.798
Contas a receber clientes	Nível 2	2	37.092	37.092	33.408	33.408
Contas a receber - partes relacionadas	Nível 2	2	-	-	5	5
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	13.473	13.473	14.710	14.710
Outros créditos	Nível 2	2	5.949	5.949	4.475	4.475
			<u>68.219</u>	<u>68.219</u>	<u>66.460</u>	<u>66.460</u>
Financiamentos	Nível 2	2	2	2	2	2
Empréstimos - risco sacado	Nível 2	2	-	-	6.854	6.854
Contas a pagar - partes relacionadas	Nível 2	2	6.793	6.793	8.174	8.174
Debêntures (**)	Nível 2	1	1.869.748	1.546.418	1.880.653	1.561.616
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	34.798	34.798	29.779	29.779
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.609	1.609	1.460	1.460
Outras contas a pagar	Nível 2	2	8.646	8.646	15.475	15.475
Arrendamento mercantil a pagar (***)	Nível 2	1	22.642	22.642	19.221	19.221
			<u>1.944.238</u>	<u>1.620.908</u>	<u>1.961.618</u>	<u>1.642.581</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Vide nota 12

(***) Não é escopo do CPC 48

Mensuração do valor justo

Notas Explicativas

O pronunciamento técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, da Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas são avaliadas pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Já as debêntures tiveram seus valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações do IPCA e do CDI, relativos a debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e redução de (-25%) nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Notas Explicativas

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases				
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	12,25%	15,31%	18,38%	9,19%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(81.754)	(100.862)	(119.970)	(62.645)
Receita de aplicações financeiras	2.489	3.111	3.734	1.867
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(79.265)</u>	<u>(97.751)</u>	<u>(116.236)</u>	<u>(60.778)</u>
IPCA	5,31%	6,64%	7,97%	3,98%
Juros a incorrer - Debêntures (*)	(130.147)	(148.113)	(166.080)	(112.180)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(130.147)</u>	<u>(148.113)</u>	<u>(166.080)</u>	<u>(112.180)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(209.412)</u>	<u>(245.864)</u>	<u>(282.316)</u>	<u>(172.958)</u>

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 02 de janeiro de 2023, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade apresentava valores a receber no montante de R\$33.105 (R\$28.817 em 31 de dezembro de 2021) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda., Veloe Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A. e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Notas Explicativas

é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Sociedade reconheceu um prejuízo de R\$59.918 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$78.911 em 31 de dezembro de 2021) e, nesta data o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$124.856 (R\$125.981 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos. A Administração tem acesso aos acionistas e planos de aumento de capital, se for necessário

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais.

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	2 meses ou menos	2 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	9,18%	22.642	26.512	2.390	9.695	7.097	5.157	2.173
Debêntures - CDI	14,63%	618.626	870.067	-	165.123	184.577	365.936	154.431
Debêntures - IPCA	10,67%	1.295.127	1.684.624	-	77.427	87.080	198.081	1.322.036
Fornecedores e cauções contratuais	-	34.798	34.798	33.976	822	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	6.793	6.793	6.793	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	8.646	8.646	8.646	-	-	-	-
		<u>1.986.632</u>	<u>2.631.440</u>	<u>51.805</u>	<u>253.067</u>	<u>278.754</u>	<u>569.174</u>	<u>1.478.640</u>

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que

Notas Explicativas

integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2022, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	224.732

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco de perda ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 38.544 (R\$ 31.769 em 31 de dezembro de 2021).

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Abaixo a relação de integralização de capital ocorrida na Sociedade:

Data	Aprovação	Valor integralizado
05.01.2023 (*)	AGE	2.000
20.01.2023 (*)	AGE	14.000
		<u>16.000</u>

(*) Integralização de capital referente a Ata constituída em 07 de fevereiro de 2022 referente ao aumento de capital no montante subscrito de R\$74.000.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas da
Autopista Régis Bittencourt S.A.

Registro – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Autopista Régis Bittencourt S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.3.2 e 11 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria:

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade mantém no ativo intangível em operação, nas suas demonstrações contábeis, ativos não financeiros relacionados a contratos de concessão.

Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos, a Sociedade estimou o valor recuperável, com base no valor em uso, da sua unidade geradora de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.

A determinação do valor em uso da UGC é baseada em fluxos de caixa futuros estimados, descontado a valor presente que envolve o uso de premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); (iii) taxa de inflação esperada (IPCA); e (iv) taxa de desconto.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria dado que as premissas utilizadas para estimar o valor em uso das unidades geradoras de caixa são subjetivas, e variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados para a determinação dos valores em uso de cada UGC, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos;

- Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas (corporate finance):

(i) se a estimativa do valor em uso das UGCs foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de mercado usualmente utilizadas na avaliação dos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto;

(ii) se as premissas citadas, utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado;

(iii) se os dados base são provenientes de fontes confiáveis;

(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados;

(v) confirmação dos dados técnicos com a Administração; e

(vi) se os resultados da estimativa do valor em uso da UGC estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas sobre os valores em uso da UGC, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 3(ii), 4.9 e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria:

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade possui reconhecido, nas suas demonstrações contábeis, imposto de renda e contribuição social diferidos ativo e passivo líquido no montante de R\$ 141.101 mil.

Os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias dedutíveis devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser utilizados.

As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em um estudo técnico preparado pela administração da Sociedade e envolve certas premissas tais como: (i) volume de tráfego e tarifa de pedágio; (ii) Produto Interno Bruto (PIB); e (iii) taxa de inflação

esperada (IPCA).

Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações contábeis.

Como auditoria endereçou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliação do desenho dos controles internos chaves relacionados a elaboração do fluxo de caixa futuro para determinação dos lucros tributáveis futuros afim de certificar-se da recuperabilidade dos prejuízos fiscais, onde identificamos a necessidade de melhorias nos controles internos, e por esta razão consideramos uma maior extensão em nossos procedimentos substantivos;

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas (corporate finance):

- (i) se os fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade foram elaborados de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa;

- (ii) se as premissas utilizadas nos fluxos de caixa preparados pela administração da Sociedade são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado;

- (iii) se os cálculos matemáticos estão adequados;

- (iv) confirmação dos dados técnicos com a Administração;

- (v) se os resultados dos fluxos de caixa utilizados para determinação dos lucros tributáveis futuros preparados pela administração da Sociedade estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente; e

- (vi) da confiabilidade e relevância dos dados utilizados no cálculo do valor em uso.

- Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores reconhecidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações

feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 16 de fevereiro de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Registro, 16 de fevereiro de 2023.

Diretoria

Andre Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Simone Aparecida Borsato
Diretora Econômico e Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Régis Bittencourt S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

Registro, 16 de fevereiro de 2023.

Diretoria

Andre Giavina Bianchi
Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass
Diretor de Operações

Simone Aparecida Borsato
Diretora Econômico e Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Marcelo de Souza
Diretor de Manutenção